

HORA DO LEVANTE

Já está em funcionamento o 'Zap Sindical'. Fale com a entidade no WhatsApp pelo (92) 99267-1890

unir contra o arroxo de 20 anos que ela repr...

Pg 6 e 7

PEC 241 agora é 55 e já está no Senado Federal
O funcionalismo e toda a classe trabalhadora deve se unir

Páginas 6 e 7

Segurança institucional

Aprovada resolução que regulamenta atividade



Página 10

Gestão de pessoas

Política nacional está aprovada pelo CNJ



Página 8

Governo dos vampiros



Pra quem achava o ministro Lewandowski o 'pior dos mundos', a nova presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmem Lúcia, começa a sua administração mostrando paro o que veio.

Dona de um semblante sempre fechado, em duas oportunidades que teve para ficar ao lado do trabalhador, ou mesmo para os mais legalistas, ao lado do bom direito, optou por aderir ao discurso economicista conchavado com o poder.

Antes já teria se pronunciado a favor da PEC 241, mesmo sabendo que a luta dos servidores do Judiciário contra a 'PEC do fim do mundo' estava nas ruas. Não chamou para ouvir os seus servidores. Não interessava, pois os alinhamentos com o governo não são à toa, sempre são em troca de algum benefício à magistratura, que está com sua nova Loman e diversos pleitos no forno.

No episódio com o Senado, limitou-se a se sentir agredida quando ofendem um juiz, em qualquer lugar do Brasil. A pergunta que fica é sobre o que sente a ministra quando um servidor é agredido nos tribunais do país, quando comete suicídio dentro dos fóruns trabalhistas ou é ofendido nos balcões de atendimento.

Não importa. Para o estilo da ministra, adepta da meritocracia produtivista, os servidores são apenas parte da produção do processo. Meras peças que devem ser repostas ao sinal de algum desgaste. Mas uma parte da categoria adepta do sindicalismo de idolatria, que levou para o campo da luta das entidades a subserviência a que são acostumados nos tribunais, que soltaram foguetes na passagem da presidência do STF (e do Poder Judiciário), precisava ver para crer.

Em duas oportunidades, ainda que estas estivessem supridas de toda a jurisprudência necessária para que a justiça fosse algo possível ao trabalhador, ainda que os trabalhadores estivessem carregando decisões favoráveis nas demais instâncias, ainda que a justiça deva acontecer de forma isenta, a presidente do STF optou pelos governos, as oligarquias, os poderosos.

Primeiro, o episódio da desaposentação, quando seu voto minerva sepultou o direito já consolidado de milhares de aposentados, que não tem a devida correção em seus benefícios por culpa dos governos, que ganham menos da metade do que ganhavam na ativa e que por isso a maioria continua a trabalhar.

O ministro Fux respondeu a reportagem jornalística que "a economia e a situação do governo na previdência é que balizou a decisão". Como assim? As decisões não são mais vistas aos olhos da lei? O Judiciário é o poder político do país?

No segundo episódio, do corte salarial pelo exercício do constitucional direito de greve dos servidores, a ministra ainda comentou sobre a greve nas universidades. Então julgue o processo que garante a revisão salarial anual dos servidores? Então fale com seu amigo presidente para regulamentar o direito de greve do servidor público que transita há 20 anos no Congresso Nacional.

Usar a luta dos trabalhadores como pretexto para apoiar o governo de plantão para que ele não balance pela luta dos trabalhadores que chamam uma greve geral contra o corte de direitos é vergonhoso.

Por fim, a ministra já pauta para novembro o processo da terceirização de todas as atividades, um alinhamento jamais visto entre Executivo e Judiciário. Os trabalhadores em geral e em especial os servidores públicos já podem começar a suspeitar que o desejo por trás dessa pauta de temas que envolvem o direito do trabalhador é o de reduzi-los, tal como acordado com a oligarquia e o poder executivo, para substituir servidor por terceirizado em qualquer atividade pelos tribunais do país.

Luis Claudio Corrêa
Vice-presidente do SitraAM/RR

O Informante é uma publicação mensal do SITRA-AM/RR dirigida aos seus associados na 11ª Região (AM/RR) - Rua Visconde de Porto Alegre, 1.012, Praça 14 de Janeiro. CEP: 69020-130. Telefone: (92) 3233-3449/3342-2167. Site: www.sitraam.org.br

Presidente: Edmilson Marinho de Araújo

Vice-Presidente: Luis Claudio dos Santos Corrêa

Secretário Geral: Douglas de Alencar Garavito

Diretoria de Administração, Finanças e Patrimônio: Ildefonso Rocha de Souza e Plo Agostinho Menezes Cordelro

Diretoria de Imprensa, Comunicação e Cultura: Pedro Alves Prestes e Elilian Estella aa Cruz Montibeller

Diretoria de Assuntos Sociais e Esportes: Osvaldo Henrique Rodrigues da Silva e : Juscilene Célia Matos Cavalcante

Diretoria de Formação Políticas, Sociais e Saúde Ocupacional: Marcus Vinicius de Lima Viana e Marivelton Rocha do Nascimento

Diretoria de Assuntos Jurídicos: Nelson Machado Barros e Wilace Miranda Braga Filho

Diretoria do Núcleo de Aposentados: Icilde Pereira dos Santos e Firmino Maciel Neto
Diretoria do Núcleo de Oficiais de Justiça: Janete Elane Sena Belchior e Eusa Maria ae Oliveira Braga Fernandes

Diretoria do Núcleo de Agentes De Segurança: Allan Kardec Farias de Oliveira e Carlos Alberto Siqueira dos Santos

Delegados de base Boa Vista/Roraima: Edmilson Marinho de Araújo Junior e Evandro dos Santos Figueira

Conselho Fiscal: Marcus Vinicius dos Santos Prudente, Antônio Carlos Belém Taveira, Janes Almolda Nogueira; Célio Henrique Guerra, Allan Ricardo Moreira Candido, Luiz Gonzaga Cavalcante

Edição: Yndira Assayag - MTB/AM 041

Arte e diagramação: Repercussão Assessoria



Reforma da Previdência dando o ar da graça

Em meio a luta contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, os trabalhadores também precisam ficar atentos quanto a Reforma da Previdência. Elaborada há alguns meses, a versão atualizada da proposta ainda não foi apresentada às centrais sindicais. O governo federal prometeu encaminhar o texto até o fim de setembro, mas voltou atrás por conta das disputas eleitorais. A previsão agora é que chegue ao Congresso Nacional até o fim de novembro.

Conforme notícia veiculada na mídia nacional, o porta-voz da Presidência, Alexandre Parola, comentou que o presidente pretende “aprofundar um diálogo amplo com trabalhadores, empresários, centrais sindicais, sociedade civil, bem como com as lideranças políticas, em torno da reforma da Previdência e de sua necessidade indispensável”. A questão é que os representantes dos trabalhadores e aposentados até agora não foram atendidos para o devido debate. No início de outubro, o atual presidente Michel Temer chegou a agendar reunião com presidentes de todas as centrais sindicais, mas o encontro acabou não ocorrendo.

Vale ressaltar que, em entrevista a um programa de rádio neste final de outubro, o ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou que a ideia é votar a reforma até o fim do primeiro semestre de 2017. Segundo ele, o ajuste fiscal depende

tanto da fixação do limite das despesas (PEC 241) quanto da Reforma da Previdência.

Apesar da proposta ainda não ter sido encaminhada, por conta da conclusão da votação da PEC 241 na Câmara dos Deputados, o deputado Sérgio Zveiter (PMDB-RJ) já foi definido como relator da Reforma da Previdência na comissão especial, a convite do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Ao chegar no Congresso, a proposta terá de passar pela aprovação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e depois a presidência da Casa autorizará a criação de uma comissão especial.

As perspectivas são pouco positivas em relação às mudanças que ocorrerão na aposentadoria. Se for aprovada a idade mínima de acesso ao benefício, a maior parte dos trabalhadores terá de trabalhar por mais tempo do que esperava. Os únicos que, talvez, escapem são aqueles que já podem se aposentar pelas regras atuais, mesmo que ainda não tenham requerido a aposentadoria.

Segundo o presidente do SitraAM/RR, Edmilson Marinho, é necessário unidade do sindicalismo e urgência na luta contra a reforma, que pode ferir apenas os direitos dos trabalhadores. O Governo Federal justifica que a reforma se faz necessária por conta do gasto com pagamento de benefícios. Conforme dados levantados pelo Planalto, só com INSS está projetado em R\$ 496,4 bilhões

neste ano, 35,2% do total de receitas da União. De acordo com o levantamento, a cifra, que atualmente representa 7,95% do Produto Interno Bruto (PIB), saltará para 17,2% em 2060, se as regras não forem mudadas. “O governo tenta usar esta desculpa, mas em momento algum fala que parte dos recursos da previdência já é desviada para pagamento da dívida pública, que enriquece os banqueiros, além das várias isenções fiscais que os governos fazem, deixando de arrecadar as contribuições das grandes empresas. No final, apenas os trabalhadores saem perdendo nesta história”, ressalta.

Regras

Com base nas linhas gerais sobre a reforma, tanto os servidores públicos quanto os trabalhadores da iniciativa privada só poderão se aposentar aos 65 anos de idade. A nova regra só valerá, caso aprovada pelo Congresso, para os trabalhadores com menos de 50 anos. Quem tem mais de 50 anos, ficaria submetido ao regime atual, mas teria de pagar um “pedágio” proporcional ao tempo que falta para a aposentadoria. Atualmente, não há idade mínima para aposentadoria. Para receber a aposentadoria integral, o homem tem de ter contribuído com a Previdência por 35 anos ou a soma de sua idade mais o tempo de contribuição tem de ser 95 anos.

Oportunidade

Novo convênio permite mestrado e doutorado



Para garantir descontos aos servidores interessados em cursar mestrado e doutorado, o SitraAM/RR firmou convênio com o Instituto de Educação Superior Latino Americano (Iesla).

Os descontos na mensalidade variam conforme as universidades e será devido aos filiados do sindicato. O centro de ensino garante que o intercâmbio é uma das grandes vantagens dos cursos nas universidades,

que contam com professores renomados, principalmente na área do direito.

O Iesla é o maior instituto educacional da América Latina com foco em programas de mestrados, mba's, doutorados e pós-doutorados, realizados em universidades localizadas na Argentina, em Portugal e nos Estados Unidos. Atuando em diferentes áreas e carreiras, dentre elas,

direito, educação, negócios, saúde, tecnologia e engenharia, o Iesla oferece mais de cem opções de pós-graduações em todas as áreas do conhecimento. Todos os cursos são devidamente válidos em seu país de origem e acreditados pelos órgãos que regem a educação em nível nacional.

Para mais informações, os filiados podem ligar para os números (92) 3233-3449 ou 3342-2167.

Na luta pelo abono de permanência

O benefício é concedido aos servidores que atuam na atividade pelo tempo necessário para aposentadoria especial, que é de 25 anos

Sempre atuante na luta pelos direitos de seus filiados, o SitraAM/RR participou, no dia 14 de outubro, de reunião com a presidente do 'TRI', Graça Marinho, para discutir o abono de permanência dos seguranças. A entidade foi representada pelo seu vice-presidente, Luís Cláudio Corrêa.

Também participaram do encontro o representante da Agepoljus no Amazonas, Allan Farias, e os agentes Marcus Vinicius, Ruy Adriano e Antônio Tadashi. Na ocasião foi solicitado à magistrada que os pedidos dos servidores sejam avaliados e submetidos ao Tribunal Pleno para decisão sobre a concessão do benefício. Graça Marinho informou que vai aguardar os pareceres e tomará a decisão de forma rápida para que o plenário possa decidir a questão.

O benefício é concedido aos servidores que atuam na atividade pelo tempo necessário para aposentadoria especial, que é de 25 anos. O tempo de serviço não prestado na atividade não conta para efeito de tempo especial.

O pedido é individual, sustentado pelo Mandado de Injunção nº1312, impetrado pela Agepoljus em favor dos



servidores e pelas recentes decisões do TCU nos acórdãos 2493/12 e 1482/12. Inicialmente, a Secretaria de Gestão de Pessoas sugeriu que houvesse perícia médica para concessão do benefício e que os pedidos ficassem sobrestados até que o tribunal contratasse médico do trabalho através de concurso público, mas o Sitraam requereu à presidência do órgão a reconsideração

da medida, tendo em vista as decisões anexadas ao processo e a Lei 12740/12, que caracteriza a atividade de segurança como operação perigosa, que pode substituir a medida sugerida pela secretaria.

O processo (MA-408/2016) está na Seção de Legislação da Segesp para emissão de parecer e deve ser encaminhado à diretora da secretaria.

Garantia de auxílio-creche

Após ação cível, de procedimento comum, ajuizada pelo SitraAM/RR, a Justiça Federal do Amazonas condenou a União a restituir aos servidores filiados da entidade os valores pagos a título de cota-parte do auxílio-creche. A sentença foi anexada ao processo n. 2840-59.2016.4.01.3200.

A decisão foi tomada pela juíza Federal Substituta da 5ª Vara, respondendo pela 3ª Vara, Rossana dos Santos Tavares. Em sua justificativa, ela afirma que “a pessoa jurídica por ser uma instituição que, em regra, visa à atividade lucrativa, não é alcançada pelo benefício da gratuidade da justiça. Contudo, em relação às pessoas jurídicas sem fins lucrativos, tais como os sindicatos, a negativa da concessão dos benefícios da Justiça Gratuita condiciona-se à comprovação da ausência de estado de miserabilidade”. Diante disso, ressalta que não houve comprovação por parte da União da ausência de estado de miserabilidade.

Apesar de não ter atendido o pedido do Sindicato quanto a restituição em dobro, a juíza definiu que a União fica obrigada a restituir os valores pagos pelos servidores no quinquênio anterior ao ingresso da ação, com incidência de correção monetária. Cabe recurso da decisão.

De acordo com o presidente da entidade, Edmilson Marinho, o valor do custeio corresponde a cerca de 5% do valor mensalmente creditado no

contracheque. Ele pontua que a ação foi ajuizada em favor dos servidores sindicalizados após a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) fixar tese no sentido de que, sem previsão legal, a União não pode cobrar de servidor público o pagamento do custeio de auxílio pré-escolar. A época, no início do ano, a União Federal havia apresentado incidente de uniformização à TNU pedindo a reforma de um acórdão da Turma Recursal da Bahia, que manteve sentença pela inexigibilidade do pagamento e determinou a devolução a um servidor dos respectivos valores recolhidos de seus vencimentos para esse fim.

A União alegava que a Turma baiana incorreu em erro ao reconhecer que a exigência de co-participação dos servidores no custeio do auxílio pré-escolar não encontra amparo no art. 54, inciso IV da Lei nº 8.069/90, e ao entender que o art. 6º do Decreto nº 977/93 teria extrapolado sua função regulamentar ao prever que também compete ao servidor o custeio do auxílio. Na conclusão de seu voto, o relator do processo na TNU, juiz federal Frederico Kochler, negou o pedido da União Federal, fixando a tese de que é “inexigível o pagamento do custeio do auxílio pré-escolar por parte do servidor público”.

2011 a 2014

Pleno reconhece adicional de hora extra



O pleno do Tribunal Regional do Trabalho (TRT11) reconheceu que o adicional de hora extra é cabível nos recessos de 2011 a 2014, na sessão do último dia 21 de setembro. Isto porque o Conselho Superior da Justiça Do Trabalho (CSJT) editou Resolução Administrativa sobre o tema (101/2012) com vigência ao recesso de 2011/2012.

A tese foi defendida pelo SitraAM/RR diante de questão levantada pelos desembargadores sobre o período prescricional não admitido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sem uma legislação referencial para sustentar o pagamento. O sindicato ressaltou que a Resolução do CSJT garantia o direito dos servidores. Ficou estabelecido que será abatido o tempo já usufruído como folga compensatória nos anos alcançados pela decisão. Em 2015, o SitraAM/RR já havia obtido o reconhecimento do trabalho executado no período de recesso como serviço extraordinário, cabendo o adicional de 100%. Os recessos de 2015 e 2016 já foram tratados com este entendimento.



'PEC do desmonte' já está no Senado Federal

Mas a mobilização e trabalho de esclarecimento à população quanto aos impactos negativos dessa proposta na oferta de serviços públicos têm de continuar



Mesmo com a união de praticamente todas as categorias de servidores públicos brasileiros, que se mobilizaram de Norte a Sul do país, o rolo compressor do governo federal conseguiu aprovar, no último dia 25 de outubro, em segundo turno, na Câmara dos Deputados, a famigerada 'PEC da Impunidade, da Morte e do Desmonte do Serviço Público'. Foram 359 votos favoráveis à proposta e 116 contrários, numa sessão marcada por tensões e muitos embates.

Mas o que é ainda mais intrigante é que, com uma celeridade jamais vista na tramitação de projetos de interesse dos trabalhadores ou em benefício da população, a referida PEC 241/16 chegou ao Senado da República no dia 26 e rapidamente passou a tramitar como PEC 55/16, já com previsão de ser avaliada na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) da casa para o próximo dia 9 de novembro. O relator indicado é o senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) e a votação, em primeiro turno, deve acontecer em 9 de novembro, sendo a do segundo turno, provavelmente, no dia 13 de dezembro.

Com isso, a ordem entre os grupos de

servidores organizados, claro, é continuar o trabalho de esclarecimento da sociedade como um todo, apontando o quanto essa PEC 55/16 é negativa na oferta de serviços e atendimento público à população.

A PEC 241/16 chegou ao Senado no dia 26 e rapidamente passou a tramitar como PEC 55/16. A previsão é de que seja avaliada na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) da casa no dia 9 de novembro

SitraAM/RR nas mobilizações

Como sempre ocorre em toda as lutas pelos direitos dos servidores públicos e em especial dos servidores do Judiciários, o SitraAM/RR foi uma das entidades presentes às frentes de mobilização realizadas em Manaus

contra a PEC 241 e tudo que ela representa de ruim para a população. Não foi uma, nem duas vezes que representantes da entidade estiveram nas ruas da capital participando de manifestações e esclarecendo o público sobre os nefastos efeitos dessa proposta que congela por 20 anos os investimentos do governo federal.

"Fizemos nosso papel. Esse congelamento vai resultar não só na piora da qualidade já inexistente da saúde e educação, mas também na redução de concursos públicos, o que afeta o quadro de servidores e aumenta ainda mais o espaço para impunidade, sobretudo no que se refere aos direitos dos trabalhadores, uma vez que a meta final desse governo oportunista é acabar com a Justiça do Trabalho", avalia o presidente do SitraAM/RR, Edmilson Marinho. Ele segue frisando que a proposta atinge em cheio o funcionalismo público e quem depende do reajuste do salário mínimo, como aposentados e pensionistas. "Isto porque é possível um congelamento dos salários. A proposta limita a concessão de benefícios que estão no plano de carreira de conjunto do funcionalismo", pontua.

Já o vice-presidente do Sindicato, Luis Cláudio Corrêa, que representa a entidade nas manifestações e na Frente de Lutas Contra a Retirada de Direitos, que engloba as demais entidades, alerta para a 'brecha' que a PEC 241 (agora PEC 55) abre para a reforma da Previdência, que deve chegar ao Congresso também em novembro. "Como sempre, o ônus de tudo isso vai recair sobre os ombros dos trabalhadores brasileiros, especialmente, dos servidores públicos. E em seguida virá também a reforma trabalhista, querendo retirar da classe que produz nesse país as garantias conquistadas na CLT, como décimo terceiro, férias, jornada digna e salário sem redução", critica.

"É muito preocupante que, nesse momento em que o país atravessa uma crise que não foi construída pelo conjunto dos trabalhadores, tenhamos que arcar com as suas consequências. Por isso, em novembro, estaremos em assembleia nacional para decidir por uma greve geral dos trabalhadores que militam da área da defesa dos direitos da classe operária".

Movimentos unidos

Na última mobilização antes da aprovação da PEC 241 na Câmara, dia 25, realizada na Rotatória do Produtor, Zona Leste de Manaus, mais de 200 representantes de sindicatos, centrais sindicais, movimentos sociais e estudantes se uniram para gritar, numa só voz, contra as barbáries que a proposta significa. Alguns deles, falaram à reportagem de **O Informante** e deram seu ponto de vista. "O governo e o Congresso estão jogando todo o peso da crise nas costas dos trabalhadores através de um ajuste fiscal. Por isso todas as centrais sindicais e foruns de trabalhadores se organizaram para cobater essa política de arrocho. Acreditamos que para barrar esses ataques somente com a construção de uma greve geral no país", disse Williamis Vieira, 27, coordenador geral do Sindicato dos Servidores Institutos Federais e Colégios Militares do Amazonas (Sinasef).

Já a presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Adua), Guilhermina Terra, questionou a visão dos defensores da PEC, ressaltando os equívocos por eles cometidos. "As pessoas que defendem a PEC dizem ser ela necessária para que o Brasil volte a ter domínio sobre suas



contas e volte a ser visto como um país confiável para investimentos, mas como isso vai acontecer se ela só se volta para os gastos primários? Como a PEC

vai fazer com que o país sane sua dívida pública se ela só ataca a saúde, educação, moradia, o transporte e a assistência social?", instigou.

A mobilização nacional

Assim como nos estados, a mobilização no Distrito Federal contra a PEC 241 também foi grande. Dirigentes da Fenajufe e servidores se uniram a delegações vindas de todo o país. Faixas, cartazes e brados de ordem deram o tom da rejeição à proposta já no aeroporto de Brasília. À tarde, ao lado dos movimentos sociais, os trabalhadores do Judiciário participaram do ato unificado na Esplanada dos Ministérios, onde já se concentrava grande número de estudantes e professores. Além do protesto contra a PEC 241, temas como

a reforma da Previdência e a nova proposta do Ensino Médio deram o tom da manifestação, que pedia também a saída de Michel Temer da presidência. Já na Câmara dos Deputados a ação foi concentrada nos gabinetes e na abordagem dos parlamentares.

Os protestos foram mais um momento na luta contra os sucessivos ataques que já desenham um objetivo de reduzir o quadro de servidores, abrir espaço para as terceirizações e garantir o rentismo que alimenta o sistema financeiro.



Com informações da Fenajufe

Vem aí o novo portal do servidor



Após passar por uma reestruturação, o portal do servidor filiado ao SitraAM/RR deve estar novamente no

ar até o fim de novembro. Mais clean e com nova plataforma, o espaço virtual deve facilitar ainda mais o acesso a

serviços e processos de interesse da categoria, possuindo, inclusive, uma área restrita ao sindicalizado.

A página também deve contemplar um espaço para as notícias do Núcleo de Oficiais de Justiça e Assojaf/AM (JT e JF), além de um link com a Associação Nacional de Agentes de Segurança (Agepoljus).

Também será possível encontrar as notícias locais e nacionais relacionadas às lutas dos servidores, bem como outras que se refiram a decisões do governo federal que os atinjam.

Vale destacar que, meios interativos como twitter e youtube, serão vitalizados nesta nova plataforma interativa. A ideia é garantir cada vez mais proximidade, flexibilidade e interação com os sindicalizados.

Aprovada Política Nacional de Gestão de Pessoas

Atendendo a necessidade de uniformizar, sob um conjunto de princípios e diretrizes nacionais, as práticas de gestão de pessoas dos diferentes tribunais do país, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, em sua 18ª sessão virtual, a Política Nacional de Gestão de Pessoas no Âmbito do Poder Judiciário.

A Resolução nº 240/2016 prevê a adequação do modelo de gestão de pessoas no Judiciário “às exigências da sociedade atual, às transformações das relações de trabalho e aos avanços da tecnologia da informação e da comunicação”.

A resolução aprovada inclui, entre suas finalidades, “fomentar o aprimoramento da capacidade de atuação dos órgãos a partir do desenvolvimento profissional dos servidores e suas competências e do favorecimento à cooperação” e “instituir mecanismos de governança a fim de assegurar a aplicação desta política e o acompanhamento de seus resultados, bem como do desempenho da gestão de pessoas”.

O texto também lista as diretrizes que vão “fundamentar as práticas de gestão de pessoas dos órgãos do Poder Judiciário”. Nesta seção estão contemplados o planejamento em gestão de pessoas; o processo de seleção, ingresso e lotação de servidores; o acompanhamento e desenvolvimento de servidores e gestores; e a valorização e o ambiente de trabalho de magistrados e servidores.

Órgãos Locais

A responsabilidade pela gestão e implementação da política

nacional ficará a cargo da rede composta pelo “Comitê Gestor Nacional e pelos Comitês Gestores Locais, sob a coordenação da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e

Gestão de Pessoas do CNJ”. Enquanto o comitê nacional ainda terá atribuições e composição definidas pelo CNJ, cada tribunal e conselho nacional do Judiciário terá prazo de 90 dias para formar seu Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas.

Ao órgão colegiado caberá, entre outras atribuições, “propor e coordenar plano estratégico local de gestão de pessoas, alinhado aos objetivos institucionais e às diretrizes desta Política”, além de monitorar os resultados das ações. Os membros do Comitê Gestor Local terão mandato de dois anos, com possível recondução. Seus integrantes serão um magistrado e um servidor indicados pelo tribunal, outro magistrado e outro servidor selecionados a partir de lista aberta a todos os interessados, dois magistrados do primeiro grau eleitos por votação direta (pelos colegas que atuam na mesma instância) e um servidor eleito por votação direta entre seus colegas.



Amor à primeira vista

Nesta edição, 'Gente da Gente' traz a história da servidora Nereida Lacerda, que se apaixonou por uma criança especial e acabou ganhando um grande presente

Quem vê a servidora Nereida Martins Lacerda no corre-corre dos afazeres diários da 4ª Vara do Trabalho no TRT, talvez nem imagine que ela ainda encontre tempo e alegria para se dedicar a ajudar crianças com problemas especiais que vivem no Abrigo Moacyr Alves, no Alvorada, Zona Centro-Oeste de Manaus.

Isso porque, no vai e vem do dia a dia, muitas vezes, gestos bonitos como este simplesmente nos passam despercebidos. Mas a seção 'Gente da Gente', deste informativo existe para mostrar que pessoas como Nereida podem fazer toda a diferença na vida de outras que não têm com quem contar.

Esse é o caso dessa servidora exemplar, que dos 13 anos que tem de casa no TRT, há pelo menos 10 se dedica a ajudar o abrigo. "Já teve um tempo que fui mais ativa, ajudando na enfermaria, contando histórias para as crianças, brincando, conversando com elas, que tanto precisam de afeto. Hoje, ajudo conseguindo doações e participando de eventos para angariar recursos para as muitas despesas de lá", conta ela quase que se 'justificando', como achasse pouco tudo que faz.

E foi essa disponibilidade em ajudar as pessoas que deu a Nereida o maior amor da sua vida: o pequeno Gabriel Martins Lacerda, que em janeiro completa 7 anos. Ele é uma criança mais que especial, e não porque tem síndrome de Cornelia de Lange, que limita seu desenvolvimento e afeta sua saúde de várias formas, mas porque é a razão das conquistas e vitórias dessa mulher cheia de luz e compaixão, que vibra a cada pequeno progresso de seu filho.

"Minha relação com o Gabriel foi de amor à primeira vista. Desde o dia em que ele chegou ao abrigo, eu soube que seria meu", conta Nereida, lembrando que, antes da adoção legal, ainda passou um ano como sua 'mãe do coração'. "Por ele ser especial, é preciso seguir um certo trâmite, e eu precisei esperar um ano antes



de poder dar início ao processo legal e adoção. Mas contei com a ajuda das psicólogas, das assistentes sociais e de todos que puderam me orientar quanto à parte jurídica. Hoje, sou muito feliz com meu filho", diz ela, destacando que, no

abrigo, muitas crianças ainda esperam por alguém que também possa se apaixonar por elas.

Aliás, para que você - leitor - tenha ideia do que isso significa, é

preciso saber que o número de famílias hoje dispostas a adotar uma criança no Brasil é muito superior ao de crianças à espera de adoção. Na proporção de 37.108 famílias para 6.883 crianças, conforme dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) do Conselho Nacional

de Justiça (CNJ). Porém, o 'perfil' desejado pelos candidatos a pais 'impede' que muitas crianças como Gabriel tenham um lar, uma família, e que muitas famílias conheçam o que é esse amor que Nereida sente pelo seu menino.

"Infelizmente, temos, na fila de adoção, muitas crianças negras e deficientes. É muito difícil conseguir a adoção de uma criança deficiente", observou em recente entrevista nacional o presidente da subcomissão especial da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, deputado Mandetta (DEM-MS).

Outras dificuldades são impostas pelas barreiras burocráticas, que muitas vezes não reconhecem os direitos de uma mãe adotiva. "A luta pela licença maternidade também é grande. Pelo menos eu tive de enfrentar algumas barreiras, pois não se entendia que, mesmo com um ano, ele estava nascendo como meu filho naquele momento", relembra orgulhosa de ter sido a primeira mãe adotiva a ter a licença assegurada no TRT 11.



Contra a divisão

SitraAM/RR pede impugnação de sindicato de analistas

O SitraAM/RR protocolou no dia 19 de outubro pedido de impugnação da fundação do Sindicato Nacional dos Analistas Judiciários, uma possível transição da associação de analista.

Nas considerações do ofício, o sindicato pede que seja reconhecido o princípio da unicidade sindical e informa que diversas entidades pelo Brasil tem seus registros reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e estabelecem em seus estatutos que representam a base pretendida, composta na Lei 11416/2006 pelos cargos de auxiliar, técnico e analista judiciário, no Poder Judiciário da União (PJU).

"Em um momento que todos os setores conservadores estão unidos para atacar nossos direitos, esperamos que os pretendentes dessa proposta tenham a clareza de que dividir a base é enfraquecer a categoria e o serviço público", esclareceu o presidente do Sindicato, Edmilson Marinho.

Correção

Para parcela de reajuste paga ao servidor com atraso

A assessoria jurídica do TRT 11 deu parecer favorável ao requerimento do SitraAM/RR que pede o pagamento de correção monetária e juros sobre o pagamento da parcela do reajuste salarial creditada com atraso para os servidores. O processo tramita com o número MA-2913/2016 e está agora na controladoria do Tribunal.

"Trata-se de um valor simbólico, porém, o efeito é pedagógico, para que o Tribunal possa entender que o que é devido ao servidor deve ser pago no tempo certo, sob pena de encarecer mais a conta com juros e correções monetárias", ressalta o presidente da entidade, Edmilson Marinho. O resultado do processo será conhecido com a votação no plenário do tribunal.

Em novembro

Processo sobre 13,23% será debatido em Coletivo Jurídico

As estratégias para consolidar o direito dos servidores do Judiciário Federal à correção de 13,23%, entre outros, serão debatidas no próximo mês de novembro durante o Coletivo Jurídico da Fenajufe, que acontece em Brasília. Na ocasião, o Sitraam está representado por sua assessoria jurídica e pelos diretores jurídicos da entidade.

"Nossas prioridades são o processo da correção de 13,23%, que atinge o total de servidores, e temos decisão administrativa que ainda é válida, e a tomada de atitude de progressão dos atuais servidores auxiliares judiciários, que desenvolvem a atividade de artífice, não contemplados com a progressão para técnicos judiciários juntamente com os demais que alcançaram a progressão", afirma o presidente do sindicato, Edmilson Marinho.

Ele ressalta que, as decisões referentes ao processo que deu aos servidores o direito à correção em 13,23% continuam válidas até decisão final do Supremo Tribunal Federal (STF).

O Coletivo reúne coordenadores jurídicos e advogados dos sindicatos filiados à Fenajufe e tem por objetivo avaliar cenários e debater as melhores estratégias de atuação na defesa dos direitos dos servidores do Poder Judiciário federal e do Ministério Público da União.

Regulamentação aprovada

Atendendo a uma antiga demanda dos servidores, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou, no dia 21 de outubro, a resolução 175/2016, que regulamenta as atividades de segurança institucional no âmbito da Justiça do Trabalho. O documento foi elaborado para padronizar as normas a nível nacional, adequando as instalações e equipamentos dos TRTs, com o objetivo de diminuir vulnerabilidades do Judiciário Trabalhista, identificadas em diagnóstico feito pelo Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A resolução também considera a necessidade de uma política uniforme de segurança institucional, orgânica e da informação na Justiça do Trabalho, dentre outros.

Conforme o presidente do Conselho, ministro Ives Gandra Martins Filho, cabe aos órgãos da Justiça do Trabalho reforçar a segurança das áreas e instalações dos órgãos jurisdicionais, adequando suas instalações e equipamentos, com vistas a diminuir as vulnerabilidades identificadas.

A determinação estabelece algumas medidas mínimas de segurança que englobam desde o controle de fluxo de pessoas e materiais nas instalações até estruturação organizacional adequada e suficiente dos órgãos de segurança judiciária, que deverá estar subordinada à presidência do Tribunal; além da instalação de detectores de metais na entrada dos prédios; policiamento ostensivo próprio, mediante a utilização dos servidores da área de segurança judiciária e o fornecimento de coletes balísticos, equipamentos de proteção individual e compatíveis com o grau de risco existentes. Os Tribunais terão o prazo de dois anos para se adequar às novas regras.

Outra novidade será a adoção de cursos de formação inicial, como etapa obrigatória nos concursos públicos para os agentes de segurança. Ao longo da carreira, os tribunais deverão também oferecer formação continuada a esses profissionais, além de elaborar um plano de formação para os instrutores internos. O plano poderá ser formulado em parceria com outros órgãos de segurança pública, organizações militares e órgãos de inteligência. O SitraAM/RR vem acompanhando o andamento dessas regulamentações que favorecem não só a atividade de segurança institucional, mas também a preservação da vida e do bem-estar dos servidores e magistrados, além dos usuários do TRT 11.



Festa do servidor

No melhor estilo Halloween, os servidores do TRT11, afiliados ao SitraAM/RR, comemoraram o Dia do Servidor, com uma grande festa no Cirmam.

Sem os tradicionais brindes, mas com muita animação, o momento celebrou a trajetória de um ano de muitas lutas e conquistas, como o tão sonhado reajuste. A agitação ficou por conta da banda Impacto, que não deixou ninguém parado.



Serviços jurídicos

Dr. HAMILTON SALES ADVOCACIA CIVIL E CRIMINAL

Rua Lima Bacuri, 64- Centro.
(92) 9158-2135

GOMES E BICHARRA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua Franco de Sá, Amazon Trade Center - São Francisco
(92) 3611-3911

Serviços de saúde

PREVACIN C. DE VACINAÇÃO

(5% DESC)
Av. Djalma Batista, 946,
(92) 3877-8038/3877-8039

PLANO DE SAÚDE SUL AMÉRICA

R. Des. Clotário Portugal, Centro
(92) 8424-8894/8409-9417

FONOAUDIÓLOGA ANA GALVÃO Rua rio Javali, nº 09, Vieiralves Fone/Fax: (92) 3584-1504/3584-1122/3584-1961

REFERÊNCIA ODONTOLÓGICA

Rua Macajuba, Conj. Débora, D. Pedro
(92) 3238-4864, 3088-4000

CLÍNICA DR. BRÍGIDO TORRES

Rua Visc. de Porto Alegre, Pça 14 (92)
3234-2332/3622-6082

CLÍNICA MAG TERRA

Rua Ferreira Pena, Centro
(92) 3656-7447/3239-3834

Livraria

LIVRARIA LIRA

Rua Henrique Martins, Centro
(92) 2121-0200/0202

Mercados

SUPERMERCADO NOVA ERA

Av. Torquato Tapajós,
(92) 3090-5000

Móveis & Decor

TV LAR

Todas as Unidades
(92) 3622-3708

STOK CASA PROMOCIONAL

Aristófano Antony, Petrópolis
(92) 3663-5366

Drogarias

DROGARIA ANGÉLICA

(5% DESC em perfumaria e 12% medicamentos).

Rua Judith Mota, Parque 10. (92) 2123-3535 / 3216-5710.

DROGARIA SANTO REMÉDIO

(7% DESC.)
Rua Judith Mota, Parque 10.
(92) 3212-8000

DROGARIA UNIVERSO

(5% DESC) parcelamento em 2x
Av. Floriano Peixoto, Centro
(92) 3233-3574/3234-0811

Ótica

ÓTICA AVENIDA

(20% DESC em folha e 15% parc.)

Rua Barroso, Centro
(92) 3215-4482/3215-4452

ÓTICA LUPA

Rua Olenka de Menezes, S. Jorge.
Atendimento em domicílio
(desc. 15% - 6x em folha; desc. 25% - a vista)
(92) 8194-3458
(92) 92516254

Serviços diversos

ACADEMIA ON FITNESS

(50% DESC.)
Av. São Paulo, São Jorge.
(92) 3238-2556; 3671-5198

ASSISTECH SOLUÇÕES SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Av. Carvalho Leal - Cachoeirinha (92) 8441-5666 / 3307-2066

CAPITAL CORRET. DE SEGUROS

Av. Joaquim Nabuco, 1702
(92) 8434-3877

FUNERÁRIA CANAÃ

Boulevard Álvaro Maia, Praça 14 (92)
3231-2007-3231-1767

TUCUXI RÁDIO TAXI

(Limite de R\$ 400 p/desc consig)
(92) 2123-9090/0800-9705050

DELTA PNEUS

Rua Ramos Ferreira, 1022, Praça 14
telefone: 3342-4597
parcelamento em 4x

Ensino & educação

CENTRO DE ENSINO NILTON LINS

(20% A 27% Desc.)
Av. Nilton Lins, P. das Laranjeiras
(92) 3083-3000/3643-2000

ESBAM

(15% DESC graduação e pós-graduação)
R. Leonor Teles, Adrianópolis
Fone: (92) 3236-6936/3236-7244

COLÉGIO N. S.ª AUXILIADORA (15% DESC.)

Rua Silva Ramos, Centro
(92) 2125-1375/2125-1357

Línguas

CCAA-INGLÊS E ESPANHOL

(50% DESC)
Av. Tefé, nº 538, Pça 14
(92) 3633-5055/3633-2126

UNS IDIOMAS

(50% a 60% DESC.)

av. Professor Nilton Lins
(92) 3653-4083/9207-3947

MINDS ENGLISH SCHOOL

Rua Acre, Vieiralves
(92) 2125-7850/2125-7855

YÁZIGI INTERNEXUS

(10% DESC.)
Unid. Parque 10.
(92) 3236-0189;

Unid. Planalto.

(92) 3656-7544;

Unid. Japiim.

(92) 3237-1777

WIZARD

(30% DESC)

Unidade Centro

(92) 3635-1828

Unidade C. Eliseos

(92)3584-3867

Unidade Vieiralves

(92) 3584-3264

Unidade Parque Dez

(92) 3236-3674

Unidade Dom Pedro

(92) 3238-4621

Unidade Cidade Nova

(92) 3223-557

Construção

JLN MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (3% DESC, Parc. até 4x); Av. Brasil, 2231-

Compensa. (92) 3672-2430; 3672-2436

PAVÃO MAT. DE CONSTRUÇÃO (3% DESC, parc. até 06x). Av. Grande Circular,

São José (92) 3249-9300